Debate

Turismo de base comunitária e sustentabilidade

Por: *Glaubécia Teixeira da Silva e Francisco Carlos Borges de Souza*

Glaubécia Teixeira da Silva

Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pelo Centro de Ciências do Ambiente da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). É turismóloga e professora do Curso de Turismo da Universidade do Estado do Amazonas. Trabalha há 11 anos com as comunidades ribeirinhas do Amazonas desenvolvendo projetos voltados para a implementação do Turismo de Base Comunitária, bem como, atua junto às instâncias governamentais por meio dos conselhos, fóruns e grupos de trabalho em busca da construção de políticas públicas regionalizadas e interiorizadas. A experiência adquirida nesses trabalhos resultou na sua tese doutoral intitulada "Turismo em comunidades tradicionais: políticas de desenvolvimento local, territorialidades humanas e alteridades na RDS do Rio Negro (Iranduba-AM)". Suas pesquisas envolvem as áreas de: Planejamento, Políticas Públicas e Desenvolvimento Local; Territorialidades, alteridades e Turismo; Percepção Ambiental e Turismo; Cultura, Sociedades e Ambiente Amazônico; Interfaces entre Cultura, diversidade cultural amazônica e turismo.

Francisco Carlos Borges de Souza

Possui mestrado profissional em Gestão de Áreas Protegidas na Amazônia pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) onde defendeu a dissertação intitulada "Histórico comparativo dos processos de redelimitação e recategorização dos Parques Estaduais Rio Negro Setor Norte e Setor Sul, Amazonas, Brasil". Graduado em Gestão Ambiental pelo Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (2013). Tem experiência na área de Turismo, com ênfase em Gestão Ambiental.

Diretor Geral do Fórum Permanente de Apoio as Comunidades Rurais e Ribeirinhas do Município de Manaus (FOPEC). Membro do Conselho Consultivo do Parque Nacional de Anavilhanas.

Glaubécia Teixeira – Professora UEA

Acredito que o ponto de partida para essa discussão em relação ao turismo comunitário e a questão da sustentabilidade é observar a forma como eles dialogam, esses conceitos. Então nós percebemos as afinidades. Não há essa possibilidade, realmente, da discussão desse turismo comunitário sem entender quais são essas premissas da sustentabilidade, que nós esperamos que sejam alcançadas ao longo do tempo com as práticas de turismo. Eu trabalhei especificamente na pesquisa de doutorado na margem direita do Rio Negro, na RDS do Rio Negro, com três comunidades. E também tenho uma experiência grande com atividades pela universidade pela margem esquerda do Rio Negro, observando, principalmente, a questão dos conflitos que são gerados e percebendo também como é que se dá a questão da participação das pessoas nesse processo. Eu acredito que o ponto fundamental desse turismo comunitário é a valorização das pessoas. Não somente como legitimadoras das políticas públicas, mas enquanto pessoas que são capazes de fazer uma análise do seu ambiente, de ter uma vivência que é importante para que o turismo se concretize, o turismo sustentável. E o turismo sustentável se dá na medida que você conhece a importância da presença dessas pessoas. E não focar apenas na questão da conservação ambiental, porque um problema apresentado ao longo da pesquisa é que as primeiras propostas para essas áreas, o foco era justamente o da conservação. E as pessoas estavam um tanto alijadas desse processo. São áreas protegidas, áreas de conservação. Então as pessoas em um primeiro momento recebem essa notícia que de estão fazendo parte de uma área protegida. Mas elas não entendem qual é o propósito dessa proteção. Uma proteção que exclui as pessoas do seu ambiente de vida, de vivência, do seu espaço de uso cotidiano. Então essas pessoas são surpreendidas por essas políticas nesse sentido. De que elas são excluídas, elas são impedidas muitas vezes de usar o seu território da forma tradicional que elas sempre utilizaram. Então, tanto na margem direita, quanto na margem esquerda, se percebia essas tensões, esses conflitos, por conta dessa situação de

supervalorizar os aspectos naturais da natureza em si, excluindo as pessoas desse contexto da natureza. Então se você quer pensar sustentabilidade, você tem que inserir as pessoas, porque elas são parte. A natureza tem na sua constituição a ação humana também. Então esse agente social, esse ser social precisa estar contemplado nessas políticas. E a primeira visão que eu tive dessas políticas nessas áreas é que elas efetivamente não incluíam as pessoas. Inclusive eu usei na minha tese um conceito que foi norteador do início ao fim. Que é o conceito da alteridade. Essas pessoas precisam ser vistas na sua condição de moradoras daquelas áreas, com toda a sua carga histórica, a sua história de vida, de todas as suas experiências, as suas práticas, as suas vivências. Precisava ter esse olhar sobre essa pessoa nessa condição, e não apenas como público-alvo de uma política pública, ou um parceiro de um projeto em que ele tem uma participação mínima como protagonista. Ele não assume necessariamente uma posição protagonista, que é uma premissa, um princípio do turismo comunitário, que é esse protagonismo, ou seja, esses indivíduos têm que ter essa noção. A ideia era de enxergar a condição dessas pessoas e ouvir o que essas pessoas tinham a dizer. Eu acredito que existem situações distintas em que elas são colocadas principalmente quando se fala em processo político. Quando elas estão organizadas, elas são representadas por meios das suas associações, dos seus grupos sociais já constituídos. Mas muitas vezes as falas dessas pessoas não chegam efetivamente a gerar uma demanda, uma pauta de discussão nas instâncias mais elevadas da gestão pública, por exemplo. E isso eu posso afirmar quando observo, em nível de gestão estadual, o Fórum Estadual de Turismo, que seria o órgão principal para debater essas questões, as dificuldades, os principais entraves para o desenvolvimento do turismo, de se pensar o turismo em nível de estado e não se concentrar apenas em alguns municípios como acontece atualmente. Nós temos uma forte tendência e isso já vem desde a criação das políticas públicas daqui do Amazonas na década de 70, dos primeiros planos que foram pensados para a área do turismo, de uma grande concentração de atividades na área urbana de Manaus. Posteriormente alguns outros municípios a partir de políticas como o programa nacional de municipalização do turismo e posteriormente nós tivemos um programa que veio a substitui-lo, o programa de regionalização de turismo. Começou-se a inserir novos

municípios nessas propostas. Acontece que ainda há uma grande assimetria na participação desses municípios nas discussões sobre o turismo no Amazonas. Pra vocês terem ideia, no ano passado teve uma reunião desse Fórum e apenas cinco municípios participaram, que era pra decidir diretrizes para a gestão do turismo. Você tem um Fórum que deveria debater, gerar as demandas e daí saírem as propostas. No final das contas resume-se a um corpo técnico que está dentro de um único órgão e que define o que vai ser prioridade. E eu posso afirmar, categoricamente, que o turismo sustentável não é uma prioridade das nossas políticas. Porque não se pensa essas questões da divisão dos benefícios de forma equitativa. Do maior envolvimento das pessoas no processo de criar habilidades entre essas comunidades, entre essas pessoas envolvidas com o turismo. A habilidade para o gerenciamento de forma que, ao longo do tempo, o estado atue por meio das suas políticas, mas que as pessoas assumam o controle na condução daquela situação. Da gestão do empreendimento, seja o empreendimento que eles tenham lá, seja da própria organização do turismo na comunidade. Existe um distanciamento muito grande entre o que nós pensamos em relação ao turismo, no campo teórico, do turismo comunitário, do turismo sustentável para o que o estado pensa enquanto formulador das políticas públicas. Essas políticas, inclusive eu não utilizo esse termo "políticas públicas" na minha tese no sentindo de identificar aquelas políticas que são implementadas no estado porque elas são políticas tipicamente governamentais. E o que caracteriza essa política governamental é o seu caráter temporário. Então ela tem um prazo muito curto de validade, um alcance também muito curto e as suas ações não têm uma perenidade. Então se propõe os objetivos, algumas metas, mas ao longo do tempo essas metas, esses objetivos não são avaliados se realmente alcançaram a sua finalidade. Qual a extensão desse alcance. Muitas vezes você em uma única comunidade beneficia poucas famílias. Você pensa uma política que deveria atingir um número mais expressivo, enfim, várias comunidades de várias áreas de conservação, por exemplo, como é o caso do programa de regionalização do turismo, que pensa também no diálogo com as políticas ambientais. Porque uma das características daqui da nossa região é que o turismo sustentável chega através das políticas ambientais e não pelas políticas de turismo. E essa é uma característica forte. Então essas políticas

ambientais pensam na questão da conservação ambiental e tenta agrupar, envolver esses moradores das áreas protegidas das Unidades de Conservação. E justamente pensar de que maneira eu posso usufruir desses recursos que estão disponíveis aí para o uso do turismo. Ao mesmo tempo envolver as pessoas, valorizar as culturas. A cultura local. E promover um benefício econômico, porque a atividade turística não deixa de ser uma atividade econômica. Aí quando você percebe o que o órgão oficial propõe em termo de política pública para o turismo você vê um enfoque demasiado nas questões mercadológicas do turismo. Na criação de uma infraestrutura turística para o local, como recentemente nós temos visto a proposta de criação de pousadas comunitárias com investimentos de recursos públicos. A exemplo aqui da área que eu fiz o estudo, nós temos duas pousadas em duas Unidades de Conservação em que a proposta chegou para as pessoas já pronta. As comunidades receberam essas propostas prontas. Então, assim, qual é o diálogo que se estabelece com essas pessoas? Será que a prioridade delas era realmente a construção da pousada? Elas estavam preparadas para gerir? Em alguns exemplos que nós temos as comunidades não conseguem estabelecer ou desenvolver habilidades para o gerenciamento. Gera muitos conflitos porque nós temos uma questão muito peculiar aqui na nossa região, a sazonalidade. No momento, precisa que essa comunidade tenha autonomia para o gerenciamento dos empreendimentos comunitários e aí começam a surgir as dificuldades. Como vai lidar, por exemplo, com a questão da seca e da cheia. A cheia não é problema pra eles, mas a seca interfere muito, por exemplo, no acesso à comunidade. Como é que um estabelecimento se mantém ao longo do ano com essas questões sazonais e também com a dificuldade logística. Não existe transporte regular para essas comunidades. Como é que o turista chega nessa comunidade? Ele vai ter que fretar um barco, uma voadeira. O fretamento de uma voadeira para uma das comunidades onde existe um projeto custa cerca de mil e duzentos reais. Se apenas um casal de turistas quiser ir conhecer a comunidade ele não compra um pacote com transporte com esse alto custo. Então isso vai criando dificuldades. Além dessa dificuldade logística e das questões sazonais, nós temos as questões estruturais das comunidades. Como é que essas comunidades se organizam para gerenciar esses empreendimentos? O próprio turismo em si, como é

que eles captam demanda? Como é que eles distribuem as tarefas dentro da comunidade? São questões que ainda não estão muito claras. Cada comunidade, por exemplo, assume uma forma de gerenciamento do seu empreendimento. Então em algumas dá certo e em outras não. Essa questão da clareza do que é e de como se dá esse turismo comunitário acho que, ainda para algumas comunidades, não está muito clara. Qual o papel que cada um que quer participar, que quer se engajar, quer se envolver? Percebemos que tem muita gente disposta a se envolver, a se dedicar para aquele trabalho. Mas ao mesmo tempo eles encontram muitas dificuldades. As pessoas que não concordam com o turismo acham que há um desperdício de recurso, que ao invés de investir numa pousada, num restaurante, poderia investir na escola, no posto de saúde da comunidade, porque eles têm muita dificuldade de acesso a esses serviços. A maioria dos serviços está distante deles. E aí eles começam a pesar na balança o que é prioritário, o que eles gostariam realmente que fosse implementado nesse momento. O turismo chega para essas comunidades como o remédio que vai curar todos os males e isso é preocupante. Porque como nós estávamos conversando anteriormente, o turismo é uma alternativa às atividades produtivas já existentes na comunidade. Em alguns casos o turismo acaba substituindo essas atividades produtivas, mas por conta de outros problemas gerados na questão legal, na criação dessas Unidades de Conservação. Então as Unidades de Conservação têm certas restrições de práticas produtivas de exploração de recursos. Então, por exemplo, pesca, agricultura, caças essas atividades em geral têm uma certa limitação. O que acontece, por exemplo, numa área do baixo Rio Negro que é onde eu trabalhei com um mosaico de Unidades de Conservação de categorias diferentes? Nós temos desde as menos restritivas como APA's - APA da margem direita do Rio Negro até um Parque Nacional, que estabelece por exemplo a prática de visitação, mas não pode haver pesca, agricultura, caça. Quando se pensa na formulação, na criação dessas áreas, se estabelecem territórios, limites territoriais que não necessariamente atendem aquilo que a comunidade está acostumada a vivenciar. Por exemplo, as áreas de pesca dos moradores do baixo Rio Negro são áreas abrangidas por parques que são Unidades de Conservação de proteção integral. Como é que os moradores lidam, por exemplo, com a questão de restrição da pesca? Nas comunidades que eu pesquisei, por

exemplo, eles não poderiam pescar no Rio Negro, porque é na área do Parque de Anavilhanas, nem para se alimentar. Como isso já foi um projeto que chegou para eles e eles não entendiam muito bem o que era, o que iria impactar na vida deles. Então criou uma tensão muito grande. Atualmente estão construindo o acordo de pesca para solucionar o problema. A área da margem direita do Rio Negro, as pessoas que ocuparam aquela área ali no início, que construíram aquelas comunidades, são tradicionalmente madeireiros. Eles viviam da exploração da madeira. Quando aquilo se tornou uma Unidade de Conservação, acabou com aquela possibilidade das pessoas e elas ficaram sem alternativa. Ninguém chegou lá e disse: olha, nós vamos criar uma Unidade de Conservação, mas você não vai poder mais extrair madeira de onde você extrai hoje. E você vai ter uma outra atividade pra se dedicar. Não foi feita dessa forma, então as pessoas antes tiveram que sair de lá. Passaram por muitas dificuldades, inclusive, relatos de pessoas que passaram fome. Essas formas como as políticas chegam para as pessoas precisam ser repensadas. As pessoas precisam ser enxergadas na sua condição de pescador, de agricultor, de ribeirinho. De pessoas que têm hábitos que nem sempre entram em acordo com as regras que são estabelecidas pelas leis.

Quando você analisa especificamente essas formas de proteção estabelecidas e que elas trazem esses modelos, inclusive, que nasceram desde a década de 60 nas discussões sobre a proteção da biodiversidade, você considera que esse tipo de visão sobre essa questão dos ambientes não é tão compatível com a realidade amazônica?

Glaubécia: Exatamente. Desde o aspecto como ela é feita, que no início as primeiras Unidades de Conservação criadas aqui nessa região amazônica eram todas de proteção integral. Posteriormente, a partir das demandas sociais, principalmente dos exemplos que surgiram no Acre, por meio das reivindicações. Como é que você pode tirar o homem do seu ambiente no intuito de conservar aquele ambiente? Você colocando essas pessoas como inimigas daquele ambiente e não como um ser que se integra a esse ambiente? Então essa separação do homem na natureza ocorreu nos primeiros formatos de Unidades de Conservação que foram criados.

E esse isolamento do homem fez com que houvesse essas reivindicações. Porque surgiram as Unidades de Conservação que são chamadas de uso sustentável. Como as Reservas de Desenvolvimento Sustentável que aqui no Amazonas elas são a maioria das Unidades de Conservação que tem esse propósito de aliar a conservação da natureza com a manutenção das práticas tradicionais, das pessoas que vivem nesses locais. Mas ainda assim ela não é discutida com essas pessoas ao ponto de que realmente se estabeleçam normas e regras que se adéquem ao modo de vida dessas pessoas.

Terceira Margem: no sentido de refletir acerca do lugar das pessoas na sua condição de privilegiadas economicamente e não privilegiadas. Essas notas todas ao que se observa parece haver algumas assimetrias também nesse sentido. Se eu não posso explorar esse território de uma determinada forma em virtude dele estar regido por uma série de regras, enfim, oriundas dessa condição de área de proteção, seja uma RDS, enfim, ou uma APA. Mas como fica, por exemplo, o fato de existir nesses territórios pessoas com diferentes condições sociais. Porque do lado da comunidade Saracá pode ter um sujeito social que é dono de extensões três vezes maiores que a comunidade do Saracá e ele, por exemplo, ele pode fazer uma coisa que não pode ser feita. Arrendar terra, vender terra, inclusive estabelecendo relações absolutamente desiguais. Então como é que o órgão instituído ali na condição de ser um agente da política pública, vai agir em relação a isso? Porque isso ocorre. Vamos citar populações que estão em uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Como é que você tem uma pequena área, que na realidade é uma comunidade, que ela vai ter que pagar 37 mil reais por mês. Como é que isso é possível? Aí eu tô entrando nessas questões que afetam diretamente as populações tradicionais. Por que como é que eu vou entender que eu não posso nada e existe um sujeito que pode tudo e que ele é meu vizinho? Então como que você reflete isso a luz dessa mesma reflexão que você estava fazendo em termos de pensar o papel das políticas públicas, a compreensão sobre essas Unidades? Porque se a gente vai falar de valorização das pessoas, a gente tem que falar em equidade social.

Francisco de Souza – Comunitário e pesquisador da área

É possível afirmar que a comunidade foi surpreendida especificamente em 92 com o boom de criação de Unidades de Conservação. E foi se aglomerando um desconforto generalizado em todo o baixo Rio Negro, dentro do território do mosaico de áreas protegidas. E por meados de 2005, o governo lança a primeira política pública que a comunidade ouve e se sente amparada, que foi a tão sonhada e a tão badalada política Zona Franca Verde. Então quando chega essa política dentro do território a gente se sente, pelo nome da política, amparado dentro de todos os aspectos. O que ocorre é que a partir de 2004 e 2005, a comunidade vê isso e lá por 2006 se sente mais uma vez totalmente desamparada. E a organização social começa buscar algo diferenciado. Começa a buscar algo dentro da comunidade científica. Algum retorno de alguns trabalhos, solicitar o trabalho da comunidade científica para ler, para entender, para buscar algum argumento para chegar dentro desse diagnóstico. E a palavra sustentabilidade existe para grupos específicos e não para um território específico. As pessoas são apontadas e por isso que essas políticas tanto do turismo e as demais políticas que envolvem a sustentabilidade não alcançam as comunidades. Para que o comunitário entre para buscar qualquer ajuda é no mesmo nível de um dono do Hotel Tropical. Primeira coisa que ele pede: titulação da terra. Nós somos sabedores que na Amazônia nós não temos 3% de pessoas, de habitantes, com titulação definitiva da terra. Já começa por aí uma política errônea. Depois, você mora em uma Unidade de Conservação, que é o nosso caso. É gerenciada por vários órgãos: ICMBio, federal, a prefeitura Municipal, as Semas e Sema. E esses órgãos não conversam. E aí a norma federal não bate com a norma estadual. A norma estadual não bate com a norma municipal. E a gente fica naquele jogo de cintura sem saber como entender as políticas públicas que nós podemos ser alcançados. Então fica difícil de a gente entender. Como é que e para onde vou correr quando alguém se diz que é proprietário de uma gleba de terra. Quando nós vamos buscar a titulação definitiva, os órgãos jogam para outros órgãos. E aí a lei que cria a Unidade de Conservação diz numa RDS que é para seus moradores, no entanto essa mesma lei ampara quando chega algum empresário e compra, ou troca de favores, as melhores partes dessa Unidade. Casos específicos: lá na Unidade RDS Conquista.

O empresário que fez essa ponte aí, uma das empreiteiras trocou, iludiu a proprietária da cachoeira do Arara para trocar a sua propriedade do Arara por duas casas do Programa Minha casa, minha vida. Já poderia alugar uma e ter subsistência. Vejam bem, eu não tenho assistência social, eu não tenho assistência médica, eu não tenho saneamento básico, eu não tenho de onde tirar minha renda e tenho uma riqueza milionária, mas, ao mesmo tempo, sou humilde, sou pobre nessa cidade carente. Pobreza extrema. Vou fazer o quê? Vou trocar. E hoje ela está aqui em Manaus, filho viciado, filha prostituta, mas ela tem um salário de aluguel da casa dela. Está sobrevivendo. E esse mesmo proprietário chegou e isolou a área desconhecendo todas as leis, ou, se conhecendo, infringindo. A comunidade, que é dona, pela lei da mudança de categoria não poderia mais usufruir, não poderia mais tomar banho. E tivemos que buscar apoio. Ainda bem que com o retorno da unidade científica acordando a comunidade e a comunidade passando a entender seus direitos, e o mínimo possível do movimento político, conseguiu inverter. Ainda inverter entre aspas, passar a tomar banho, e vamos entrar numa luta jurídica para retomar a área. Não dá pra entender como se faz uma política pública federal usando a palavra sustentabilidade onde a sustentabilidade é proibida. Não foi relatado. Hoje nós estamos brigando, estamos com um ano e meio brigando, como mudou de Estação Ecológica para Parque está tendo uma mudança do plano de manejo. E dentro da minha lógica, da dissertação, eu consegui mostrar: como é que eu sou pescador sem água? Pescador de terra seca. Onde eu não posso ter a minha subsistência, que infringe a coisa principal do país, que é a Constituição, que diz que todo o brasileiro tem direito a alimentação, escola, mas não sabe dar escola, não sabe dar alimentação. Tivemos que ir em Brasília falar com o presidente do ICMBio e mostrar para ele que o nosso leite é o caldo de jaraqui com farinha. E eu só tenho jaraqui na água. A farinha até posso colocar na terra, onde me permite como RDS. Mas o que mais me chama a atenção é o formato da criação das políticas. É bem possível se afirmar: é focalizado para grupos. Voltando à política da Zona Franca Verde. Na Djalma Batista tem uma loja, que tem lá lanchas, carros importados e diz assim: financiamento pelo programa Zona Franca Verde. Agora como é que eu, caboclo, vou poder comprar uma lancha daquela? Se eu não posso nem plantar. Como é que eu vou dizer não quando chega uma

pousada na minha comunidade. Como é que eu to argumentado para dizer não, se quando se ouve falar sobre turismo e é apresentado em jornal, tem milhões e milhões de reais liberados. E aí eu vejo aquela ali como a minha tábua de salvação. Poxa, vai ter uma pousada e eu não estou gastando nada, mas só que não me foi preparado a administração. Mas gente começou a se preparar. Nós temos tanto no lado esquerdo, quanto o lado direito e dentro do território do mosaico do baixo Rio Negro, estamos caminhando, apesar de não ser entre organizações governamentais, inter-institucionalmente, mas interpessoalmente. Estado, prefeitura, união, ONGs, a própria comunidade estão fazendo uma gestão compartilhada e muito bem feita. Muito bem discutida. E isso está nos fortalecendo a preparar um grande dossiê. Para que a gente possa exigir uma política pública diferenciada, para que a gente possa mostrar aos nossos políticos, que não adianta estar capacitada se não tiver uma política que ampare a capacitação. A política diz que pra você montar uma pousada você tem que ter um quadro funcional adequado. E através do Fórum de Turismo de Base Comunitária foram capacitados vários comunitários. Tanto na área culinária, tanto quanto na parte de recepção, camareiras, todo um círculo de gestão. A comunidade em si não está despreparada para recebê-los. Ela simplesmente está, eu não digo desmotivada, mas ela está... aí vem a pergunta que sempre me fazem: preservar o quê, para quem e por quê? Se eu preservo, não tenho direito. Quem tem direito é quem vem de fora. Que tem condições financeiras, tem conhecimento e tem influência. E para quê? Se eu, dentro da minha própria casa, continuam roubando o que é meu. Que é, no caso, da comunidade ter que pagar 37 mil pra um cidadão que diz que é dono. E que a própria União não sabe se ele é dono ou não.

TM - Você falou sobre essa questão da adequação das pousadas comunitárias. Conseguiste pesquisar ou entender esse cenário? O que a implantação dessa pousada comunitária deu de contribuição? Ou foi mais conflito do que contribuição? Enfim, entendeu esse contexto dessa implantação, que foi de cima pra baixo sem a comunidade trabalhar?

Glaubécia - É preciso entender o contexto em que esses projetos são implementados. E um deles que em algumas comunidades tanto a pousada,

quanto o restaurante, são frutos de um incentivo de um programa que é destinado, que faz parte do programa de mudanças climáticas do estado, que é o programa Bolsa Floresta. O Bolsa Floresta tem várias capilaridades. Então o que acontece? Existem incentivos para as organizações, dentro das organizações sociais nas comunidades. Bolsa Associação, Bolsa Família, Bolsa Renda, Bolsa Social, enfim. Cada uma dessas ramificações, que são chamadas as modalidades da Bolsa Floresta, abrange determinados aspectos. De construção de escola, de casa de farinha, enfim. E uma delas, que é o Bolsa Renda, visa a criação de alternativas na geração de renda para essas comunidades. No caso do turismo para essas comunidades, como elas foram extremamente afetadas pela limitação das suas práticas produtivas, como a pesca e, principalmente a extração da madeira, pensou-se que ali era um local de rota de visitação já de muitos anos. Desde a década de 80 já é uma rota estabelecida de turismo, de exploração de turismo por agências de viagens, por pessoas que não são agência, ou individualmente exploram. E isso envolve também empresas daqui de Manaus, mas também tem empreendedores individuais de pessoas que moram nas comunidades próximas. Então a iniciativa da construção dessas pousadas era justamente de suprir aquela renda que foi cortada daquela família. Ou seja, no impedimento de extrair madeira ele vai trabalhar com turismo, que ele está mantendo a floresta em pé, que é o lema do programa Bolsa Floresta. Manter a floresta em pé. E ao mesmo tempo aproveita toda a biodiversidade local, envolve as comunidades no processo, enfim. O que acontece: essas políticas são conduzidas por organismos não governamentais. E os organismos não governamentais, muitos deles fazem trabalhos muito sérios e tudo, mas eles não têm o papel que o estado tem. Eles não podem assumir o papel do estado. E o que está acontecendo é justamente essa inversão de papéis. Então o que acontece? Se eu estou impedido de fazer uma atividade e chega uma proposta de implementar uma pousada na minha comunidade, que vai envolver várias famílias, que vai dar emprego para o meu filho, para a minha esposa. Por que vou recursar uma proposta dessa? Então há um encantamento nesse discurso que é feito por meio dessas propostas que são levadas às comunidades. Então as pessoas se encantam, elas realmente criam expectativas, que na realidade com o tempo eles percebem que não é bem assim como se propôs no início. Por que na realidade o discurso

dessas instituições que implementam as políticas de projetos por meio do programa Bolsa Floresta é que as pessoas fizeram a escolha para que esses empreendimentos fossem implementados nas comunidades. Porque existem recursos do programa que são destinados para cada comunidade e aí eles financiam esses empreendimentos. Poderiam fornecer, por exemplo, uma indústria de pescado. Uma compra de uma máquina de polpa de açaí ou outra fruta, mas eles escolheram a pousada.

TM - Mas foram os comunitários que escolheram?

Glaubécia - Mas por conta dessa atitude, todo esse envolvimento que há por conta do discurso que se estabelece com essas pessoas. Quais são as principais palavras que a gente identifica nesses discursos e que estão nas propostas dos projetos? É o empoderamento social, empoderamento feminino. Então há muito o trabalho de se trazer as mulheres para fazerem parte desses projetos. Por que a gente percebe que as mulheres têm um papel muito importante na comunidade. Muitas vezes elas são as chefes de família. Elas que são responsáveis pelo gerenciamento da renda familiar. Elas trabalham, elas são professoras, elas são donas de casa, são mães. Elas são lideranças na comunidade. Então trazer essas pessoas para junto dos projetos significa que você vai criar um ambiente no qual não há embate.

TM - E também uma outra coisa que eu tenho ouvido a respeito. Muitos dos órgãos, as grandes financiadoras, principalmente o Banco Mundial. Eles estabelecem, por exemplo, quem são as categorias sociais que são bem-vistas para liberar recursos. Populações indígenas, populações tradicionais. Então, por exemplo, a fundação que capta esse recurso, sabe exatamente quem são os sujeitos que ela vai acessar para captar esses recursos. Então há uma manobra também perversa nesse contexto.

Glaubécia - Todo o contexto da articulação tem uma finalidade. Todo a articulação, em si, tem uma finalidade. Então se você faz parcerias com as mulheres porque existe, por exemplo, o Consulado da Mulher, que é uma organização não governamental financiada por uma grande indústria de eletrodomésticos, que faz uma proposta de financiar projetos

em comunidades ou localidades onde há uma vulnerabilidade social muito alta, e levar esses projetos que de certa forma tem uma contrapartida para essas empresas. Elas não estão ali simplesmente no sentido de realizar uma ação social, mas no sentido de fazer também o seu marketing ambiental. Porque na medida que essa organização lança um edital para classificar projetos a serem premiados, isso também é divulgado pela empresa. Essas comunidades estão na rede mundial, estão sendo divulgadas como sendo projetos dessas instituições. Então para as marcas das empresas que financiam isso é extremamente positivo. Isso significa agregar valor aos seus produtos. Da mesma forma o banco Bradesco, da mesma forma a Coca-Cola. Quer dizer, ninguém está ali, digamos assim, com o papel de apenas auxiliar ou prestar, dar algum apoio financeiro, ou técnico para aquelas pessoas porque elas necessitam. Mas porque eles também têm essa contrapartida. E esse jogo de mercado é o que tem realmente sustentado tantos rojetos. O que me preocupa é por não ser o estado que conduz essas ações. Qual é o comprometimento dessas organizações, não só essa especificamente que é oficialmente o braço do estado, mas existem outras que estão implementando políticas também utilizando recursos públicos? Qual o comprometimento que essas organizações têm com a sustentabilidade desses projetos? Então a gente tem que pensar também, quem formula essas políticas? O que acontece com todos os projetos e todos os recursos investidos nessas comunidades? Eles param? Eles vão ter andamento? Como fica a situação? Qual é a garantia que as comunidades, ou os moradores, têm de que todos os esforços que eles empreenderam vão ter continuidade futuramente? Essas pessoas não fazem parte do processo da construção dessas políticas. Por isso que nós não podemos ter uma política que seja copiada de outros modelos, principalmente de uma realidade diferente daqui da Amazônia. E mesmo dentro do próprio estado do Amazonas você vai ver realidades extremamente distintas. O que eu identifico aqui de realidade do turismo do baixo Rio Negro é muito diferente do que eu vou identificar lá no Alto Rio Negro, no Madeira, no Solimões, enfim, nos outros rios.

Francisco - O que chama atenção nisso daí é a importância do empoderamento. Vejam bem, quando o empoderamento é direcionado, respeitado e codificado como comunidade ela muda. Vamos citar

exemplos: o lado direito, lá todas as políticas são direcionadas pelo patrono, correto? Direcionada pelo patrono. Por que o Rio Negro, especificamente, é colonizado ainda.

TM - O que é o patrono?

Francisco - O patrono, por exemplo, quem é o patrono de lá? Assim, em termos? Porque ainda vivemos em termos de patrão. Essa é a grande diferença. Essa é a real, então quem é o coronel lá? Essa é a faísca. No entanto, do outro lado essa situação de coronel a gente conseguiu amenizar. Nós temos parceiros. O que eu quero dizer com isso, por exemplo, da mesma forma que nós fomos, não digo induzidos, mas capacitados, eles foram. Correto? Porém, vejamos a diferença. Houve uma pousada colocada lá no Tumbira. Houve uma pousada criada lá na Nova Esperança. Qual é a diferença? A Nova Esperança é autossustentável agora, posso afirmar isso. Porque na rede do turismo ela conseguiu se expandir. Na rede do artesanato ela vende artesanato para a Itália, vende artesanato para São Paulo. E aquilo ali está envolvendo a cadeia do turismo também, que os próprios artesãos resolveram. Como? Eu sou artesão, mas preciso que o cara venha aprender aqui comigo, então vamos fazer o melhor para mim. Fez uma casa boa pensando para ele com quarto pra quando quisessem visitar. Que é a lógica que a gente entendeu do que é o turismo da base comunitária. Eu vou fazer o melhor pra mim, o turismo vai usufruir como meu convidado. Logicamente que o lado daqui não está uma maravilha, mas assim mesmo está te dizendo, olha, é possível fazer. Diferente do outro lado, que veio tudo pronto, riquíssimo, correto? Farto e porém estão minguando. A exemplo dessa mesma fartura, nós também fomos buscar. Na comunidade de Santa Maria, a FAS colocou da mesma forma que nós aceitamos. Vamos ver, vamos analisar. Mas o que aconteceu? O restaurante que no primeiro dia deu cinco mil reais de lucro, anima qualquer comunidade de 50 famílias. E graças a Deus ganhei agora na loteria. Só que a loteria faliu. Que só foi aquele dia. Hoje pegaram uma motosserra, derrubaram o restaurante e as panelas tão tudo por aí espalhadas.

TM - E aí a gente volta. Qual é o princípio maior do turismo comunitário? O protagonismo. A comunidade precisa ser convidada a pensar junto aquela proposta.

Francisco - O bacana é quando a raiz da semente se espalha. A exemplo de lá. Por exemplo, 30% da comunidade não gosta de turismo. Eu não gosto de turista aqui, mas se você gosta e está trazendo algum benefício para minha comunidade, eu vou te ajudar a fazer um chapéu de palha. Desde que, quando o turista chegar, tente evitar a minha casa.

Glaubécia - Acho que nesse processo a organização social é fundamental para você conseguir esse protagonismo. Eu vi uma nítida diferença em termos da atuação das organizações sociais, das associações, das cooperativas, dos grupos organizados dentro das comunidades. Do que existe na RDS Puranga Conquista e o que existe na RDS do Rio Negro. Em virtude da forte atuação dessas organizações que conduzem o processo político. E a comunidade fica com um papel secundário nesse processo. Então o que está havendo? As organizações não têm uma força muito grande no sentido de reivindicar os seus direitos. Reivindicar melhorias, ir contra a implementação de alguns projetos. Mesmo que eles não acreditem muito em um projeto eles não têm essa motivação de ir contra essas propostas. Então de certa forma eu percebi por meio da minha pesquisa que essas associações estão um pouco acomodadas com a situação. Porque eles estão vendo que estão vindo benefícios. Não são benefícios que eles desejam. Não atendem as suas necessidades, mas muitas vezes eu percebi que se os moradores não tem o que querem ou desejam, mas se está tendo um pouco, então vai tentar com o pouco que tem. Distintamente do que acontece na região onde o seu Francisco mora. A articulação das associações é muito forte. Tanto é que eles têm um fórum próprio que articula as demandas. Ainda pouco nós estávamos conversando sobre a questão da iluminação do programa luz para todos, que ainda não chegou na comunidade. A questão de educação, de segurança, enfim. E eles estão sempre trazendo essas demandas para o âmbito da gestão pública. O que eu percebo em outra realidade é que a comunidade faz as suas reivindicações junto ao conselho gestor da Unidade, mas existem sempre os intermediários. Pouquíssimas vezes eu soube de alguma ação em que a comunidade tomou a frente para vir aqui em Manaus. Foi o caso quando criaram a RDS. Eles, por meio da associação, todas as comunidades da RDS vieram a Manaus conversar com o governador. Questionar o porquê que essa RDS foi criada. Porque eles

estavam sendo impedidos de pescar, de caçar, de plantar. Mas isso foi antes da implementação do programa Bolsa Floresta. Depois disso não se teve notícias de outras mobilizações em que a comunidade, ou as comunidades assumiram esse papel. De chegar junto ao governador, de chegar junto ao prefeito do município seja de Novo Airão, seja de Iranduba. Também ainda tem essa questão territorial de fazer parte de três municípios, porque tem uma parte que abrange Manacapuru ainda. Ainda tem essa questão jurisdicional. Essa certa acomodação que existe, eles próprios reconhecem isso. Porque em alguns momentos a comunidade não vai a frente porque é desunida. Não tem essa união como a força para fazer as reivindicações. E há um certo desinteresse. Por quê? Por que se ele tem o Bolsa Floresta, ele tem acesso a determinados benefícios que o programa dá. Se ele reivindicar ele pode perder.

Francisco - O governo em si nunca levou uma ambulância para a comunidade. Aí a comunidade vai ter lá a ambulância, aí tem a sua lancha, tem a gasolina. O cara que pilota pago pelo programa, eu fico preso nas quatro mãos. Eu nunca tive isso aqui, eu tenho agora. Então eu vou ficar aqui, na minha e vou aguentar o que vem de cima pra baixo.

TM – Em uma comunidade que tem 50 famílias, por exemplo, o turismo agrega?

Glaubécia: Não, nem sempre. Primeiro tem essa questão do interesse. Nem todos são a favor do turismo. Depois tem a questão de como essas atividades são distribuídas. Em duas comunidades que eu pesquisei teve um fato bem interessante. Como eles gerenciam de forma diferenciada. Uma comunidade faz o seguinte, ela tem um recurso para gerenciamento da pousada. Ela faz a reserva de capital para que a pousada continue se mantendo. São convidadas famílias e isso muda a cada demanda que tem para prestação de serviço. Um grupo de determinadas famílias vai e executa. E recebe a diária. Na outra comunidade eles recebem o lucro que é gerado daquela demanda e divide pra todas as famílias da comunidade. As que trabalham e as que não trabalham. E aí quem trabalha se acha injustiçado. Poxa, eu trabalho, mas aí depois vou ter que dividir o fruto do meu trabalho para todo mundo, inclusive aqueles que não ajudam em nada. Então há um

certo conflito. Aí na hora que chama para trabalhar nem todo mundo quer, mas na hora de dividir todos querem. Então há essas animosidades também em virtude da forma como eles lidam com isso. E na outra comunidade eles conseguem gerenciar isso mais facilmente, então só recebe quem trabalha com o turismo na comunidade. Todos estão convidados a trabalhar, mas efetivamente só recebe quem está lá trabalhando.

Francisco - Na realidade, o desordenamento é que causa isso. Por exemplo, na comunidade, recebe cem turistas final de semana. Só que desses cem turistas, 90 vem pelas empresas que passam, e dez, cinco vem no turismo de base comunitária. E aí o que ocorre? Como a demanda do turismo de base comunitária é pouca começa esses empreendimentos.

TM – Quais os impactos positivos e negativos que o turismo pode trazer para a comunidade?

Francisco - Eu acho que, para o turismo, a gente possa realmente distinguir os impactos positivos, porque a gente só tem visto impacto negativo. Deve existir uma política contínua. E não uma política de programa de governo. Porque a gente faz todo um programa, até que o governo venha aderir fez dois anos. Quando ele bota em votação fez mais dois anos e mudou o governo. Então por não ser uma política contínua nós estamos remoendo um projeto que começou em 2008. E quando chega no ponto de dizer, agora nós vamos, ele retorna para trás novamente. Eu acho que a academia está com, não digo obrigação, mas está com uma responsabilidade muito grande de pegar todos esses desamparados e tentar fazer uma audiência pública dentro da casa dos homens. A classe política tem que enxergar o caminho a ser levado. Só não querem enxergar e aí eu acho que aproveitando a oportunidade tentando trazer mídias internacionais. Porque se não se falar de fora pra dentro também não escuta. Pra que haja uma mudança. Não existe política pública que eu conheço melhor do que a do Brasil. Não existe ideologia de sustentabilidade que eu conheça a altura da nossa, mas não são aplicadas. Ela não é direcionada, ela não é afirmada. É por isso que existe a grande maioria que é a minoria sofrida e abandonada em todos os sentidos. Da educação ao conhecimento.

Glaubécia - Esse papel que tu falas da academia, acho que em pequenas iniciativas já vem acontecendo. Você precisa ampliar o alcance dessas ações. Estimular essa intergovernabilidade, estimular esses espaços de diálogo, os conselhos, que atuam no sentido de debater mesmo essas temáticas. Principalmente ouvir essas demandas no local, na base, ouvir essas organizações de base. Por que são elas, realmente, que podem, dar um encaminhamento mais adequado. Dar um direcionamento para que essas políticas possam ser efetivas. Produzir o resultado que elas esperam. Até coloquei aqui algumas sugestões em virtude dessas dificuldades que a gente encontra enquanto pesquisadores, enquanto professores que atuam nessas áreas. É de realmente buscar por meio dessas instituições, dessas organizações, das instâncias locais de governança, de buscar as respostas a esses problemas. Aproximar mais o estado por meio desse diálogo com essas organizações de base. Acredito também que há um aproveitamento muito aquém das pesquisas que são realizadas nessas áreas, que podem nortear muitos trabalhos e as propostas de ações governamentais. Precisa antes de você fazer propostas, fazer o estudo da viabilidade dessas atividades, desses locais. Pra isso tem diagnósticos, estudo de viabilidade de mercado, de inventários que podem ser feitos. Isso dá uma base muito maior pra se definir efetivamente se é o turismo comunitário que vai poder dar essa alternativa de ganho para a comunidade. Ou se é necessário investir antes em outras ações que são estruturantes. Essa é a questão. E a outra coisa também que eu vejo é que há um aproveitamento mínimo em relação ao que se pode ter. Do que nós já temos em termos de legislação. Nós, por exemplo, há muito tempo, desde a década de 90, temos um fundo de turismo. Então esse fundo de turismo tem que ser reativado pelo estado, porque muitas das vezes o que impede você de realizar uma ação na comunidade é a falta de recurso. Tendo fundo para o turismo você já tem uma possibilidade de ter recursos pra isso. Esse fundo já é garantido por lei, ele só não está sendo ativado. Não está sendo utilizado. Isso já faz parte da legislação estadual. Então pegar todos esses recursos, esses instrumentos legais que nós temos e fazer utilização deles. Atualizar essas diretrizes para estipular efetivamente como fazer esse turismo nessas comunidades. Turismo sustentável. E já existe um decreto de 2010 que é o 30.873 que estabelece diretrizes, mas isso muitas vezes não chega ao conhecimento dos principais interessados.

E não há uma adequação para as realidades das comunidades. Tem que ter também avaliação e acompanhamento se é implementado. Isso a gente tem um péssimo exemplo do que é feito em nível de estado, porque nós não temos como avaliar o resultado. Ou seja, tudo que foi investido desde 2008 nós não sabemos o quanto se alcançou das metas, quais objetivos foram efetivamente alcançados. Qual a contribuição disso em termos de benefícios para as comunidades. Nós não temos dados. Quando nós falamos de turismo sustentável é preciso fazer o planejamento. Pra fazer planejamento você precisa de dados. Ou seja, é a base pra que você tome alguma iniciativa. Outro passo importante é a educação para a cidadania mesmo. Para as pessoas se reconhecerem como agentes de transformação. Acho que isso também em alguns momentos a gente sente falta disso. De cada morador se sentir na condição de promover alguma transformação na sua realidade. Fazer alguma mudança. Eu falo isso no sentido de que eu percebi uma certa acomodação. Mas quando a pessoa tem clareza dos seus direitos, na sua capacidade em termos de reivindicar algo pra si, pra sua comunidade e de se mobilizar pra isso. Como a gente vê em outras áreas também. Acho que a relação cidadã é imprescindível. Tudo isso tem de ser feito de uma forma muito participativa. A gente não ta querendo dizer que o turismo vai deixar de ter seu caráter mercadológico. Não, ele vai continuar tendo. A forma como a gente vai explorar esse turismo é que vai ser diferenciada. E é essa a proposta do turismo comunitário. De que você não siga aquela lógica do mercado de ter cada vez mais lucro, de explorar os recursos sem ter o seu limite. Se distribuir cada vez mais os seus benefícios para as pessoas que estão envolvidas com ele já é um passo gigantesco nesse sentido de sustentabilidade.